



CONSEC

Conselho Nacional de Secretários
de Educação das Capitais

Educação Especial nas Capitais Brasileiras: Mapeamento de Políticas e Práticas das Redes Municipais de Ensino



Foto: Sala de AEE na rede municipal de Goiânia

Parceiros Técnicos



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

alana 
30 anos | criança primeiro

2026

Sumário

Introdução	4
1. Por que mapear práticas de Educação Especial?	6
2. Panorama geral	7
3. Gestão da Política de Educação Especial	8
4. Atendimento Educacional Especializado	9
5. Profissionais da Educação Especial	11
6. Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias	12
8. Belo Horizonte	15
9. Goiânia	17
10. Porto Alegre	18
11. Recife	20
12. Rio de Janeiro	22
13. São Paulo	24
14. Aprendizados Transversais	26
15. Considerações Finais e Recomendações	27
Expediente	28

Glossário

Atendimento Educacional Especializado (AEE): atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação. Deve ser ofertado ao estudante público da Educação Especial em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

Estudante-Público da Educação Especial: estudantes com deficiência (física, intelectual, visual ou auditiva), com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação, tendo direito garantido ao acesso escolar em classes comuns e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Estudo de caso: metodologia de produção, sistematização e registro de informações e estratégias relativas ao AEE; configura-se como etapa inicial necessária para a identificação do estudante público da Educação Especial.

Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE): documento obrigatório e individualizado, de natureza pedagógica, com atualização contínua (mínimo anual), que deriva do estudo de caso. Deve conter, no mínimo: definição de materiais e recursos para eliminar ou minimizar barreiras; avaliação da necessidade de tecnologia assistiva e comunicação aumentativa e alternativa; avaliação da necessidade de profissional de apoio, tradutor e intérprete de Libras e guia-intérprete; e demandas de formação em Educação Especial Inclusiva.

Plano Educacional Individualizado (PEI): documento obrigatório e individualizado, de natureza pedagógica, com atualização contínua (mínimo anual), que deriva do estudo de caso. Contempla o plano de acessibilização curricular, com atividades desenvolvidas em SRM ou outros espaços, medidas de acessibilidade curricular, didático-pedagógica e avaliativa, estratégias de acompanhamento e registro das devolutivas às famílias. Como regulamentado na portaria MEC nº 421/2026, a escolha pelo uso do PAEE e/ou PEI fica a critério da rede.

Professor de AEE: professor que realiza o AEE, devendo possuir formação inicial que o habilite ao exercício da docência e, preferencialmente, formação continuada específica em Educação Especial Inclusiva com carga horária mínima de 360 horas.

Profissional de apoio: profissional que atua no apoio à locomoção, higiene e alimentação, interação social e comunicação e uso de tecnologias assistivas do estudante. A oferta não depende de laudo, relatório ou documento médico. Deve ter formação inicial de, no mínimo, nível médio e formação continuada específica de, no mínimo, 180 horas.

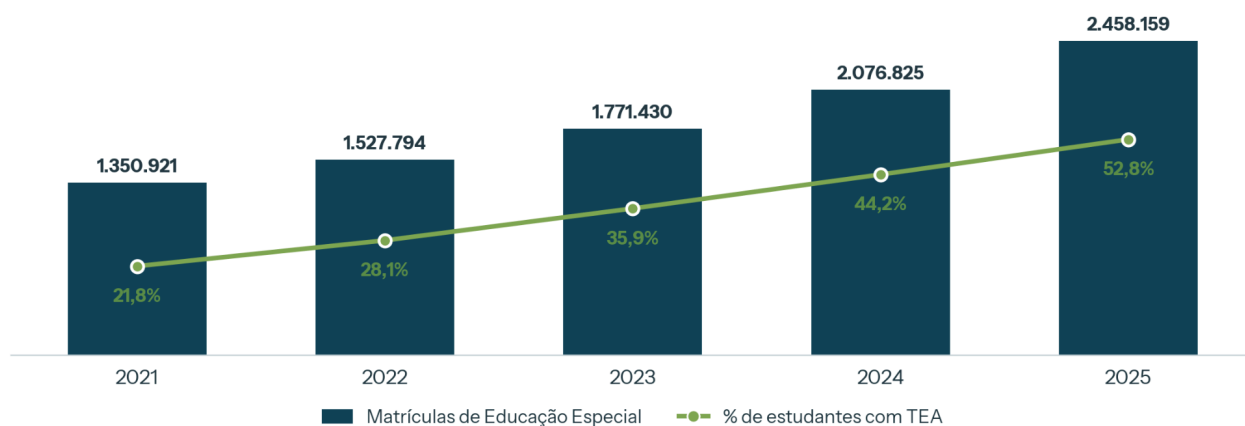
Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs): espaço dentro das escolas regulares equipado com materiais didáticos, recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva; um dos locais onde pode ocorrer o AEE dos estudantes-público da Educação Especial.

Introdução

Nos últimos anos, o número de matrículas da Educação Especial na educação básica brasileira cresceu de forma expressiva, acompanhado por um aumento ainda mais acentuado da participação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nesse público – que passaram de 21,8% do total de matrículas da Educação Especial em 2021 para 52,8% em 2025. Esse movimento impõe às redes de ensino novos desafios de infraestrutura, formação de profissionais e qualidade do atendimento, ao mesmo tempo em que evidencia que cada rede tem construído, a partir de seus próprios contextos e capacidades institucionais, caminhos distintos para responder a essa demanda. Mapear como cada rede está se organizando é, portanto, uma oportunidade de disseminar práticas e apoiar gestores que enfrentam desafios semelhantes em contextos diversos.

Evolução das matrículas de Educação Especial e participação do TEA

Educação básica, rede total, 2021–2025



(Censo Escolar, 2025; Elaboração: Todos Pela Educação)

Esse crescimento também se reflete no percentual de matrículas da Educação Especial em classes comuns em relação ao total de matrículas municipais: entre 2021 e 2025, esse indicador aumentou aproximadamente 106% no conjunto do G46 – grupo formado pelas 26 capitais brasileiras e mais 20 municípios com mais de 500 mil habitantes –, ainda que de forma desigual entre as redes.

Diante desse cenário, o CONSEC (Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais), em parceria com o Todos Pela Educação, realizou um mapeamento de políticas e práticas de Educação Especial nas capitais brasileiras, com o objetivo de compartilhar práticas e políticas adotadas nesses municípios, ampliar o repertório de gestores municipais e mostrar os diferentes caminhos escolhidos pelas redes para lidar com as demandas de Educação Especial.

Para isso, o estudo combinou duas frentes complementares de coleta de dados. A primeira consistiu em um formulário quantitativo construído com a Comissão Temática de Educação

Especial do CONSEC, formada por técnicas representantes indicadas das secretarias de educação das capitais. O formulário foi aplicado em 2026, com perguntas sobre matrículas, estrutura da Educação Especial, AEE, profissionais de apoio, formação continuada, instrumentos pedagógicos e governança e sistematizado com apoio do Instituto Alana.

A segunda frente foi qualitativa, com entrevistas realizadas entre abril e maio de 2026 com gestores responsáveis pela Educação Especial nas Secretarias Municipais de Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo — municípios selecionados a partir de conversas iniciais da equipe do CONSEC e do Todos Pela Educação, nas quais foram identificadas práticas interessantes a serem mais exploradas. Essas entrevistas foram complementadas por análise de documentos e legislações das redes entrevistadas, permitindo aprofundar a leitura dos dados coletados no formulário.

As categorias analisadas neste relatório foram definidas a partir dos principais desafios de Educação Especial mapeados junto às redes de ensino, organizando-se em cinco eixos temáticos: gestão da política de Educação Especial, incluindo a organização da Educação Especial na Secretaria e o fluxo de atendimento; Atendimento Educacional Especializado (AEE), com seus modelos e formas de organização; profissionais da Educação Especial, abordando escolaridade, contratação e formação continuada; e articulação intersetorial e relação com as famílias, incluindo a relação com órgãos de controle, outras pastas do município e famílias. Ao final, são sistematizados os principais aprendizados e apontados caminhos para o fortalecimento das políticas de Educação Especial nas redes municipais de ensino.

Como ler este relatório

O relatório está organizado em três partes. A Parte I apresenta o quadro geral das redes das capitais, a partir dos dados do questionário, e tem função de ambientação: situa as condições comuns de oferta de todas as capitais. A Parte II é o núcleo do estudo e dedica um capítulo a cada uma das seis redes entrevistadas, seguindo um roteiro idêntico – ficha da rede, gestão e fluxo de atendimento, organização do AEE, profissionais e formação continuada, articulação intersetorial e relação com as famílias. A Parte III sistematiza os aprendizados transversais e as considerações finais.

Os capítulos da Parte II seguem ordem alfabética e extensão equivalente. Essa padronização é deliberada: o estudo não estabelece comparação de desempenho entre redes nem hierarquia entre as experiências apresentadas, e sim reúne caminhos distintos construídos em contextos institucionais diferentes.

O retrato das capitais

1. Por que mapear práticas de Educação Especial?

Crescimento da demanda

Nos últimos anos, o número de estudantes da Educação Especial tem crescido significativamente. As redes municipais de ensino das capitais reúnem 3,3 milhões de matrículas na educação básica, sendo 230.328 (aproximadamente 7%) de estudantes-público da Educação Especial, representando 11% das matrículas desta modalidade em todo o país. Entre 2021 e 2026, o número de matrículas da Educação Especial nas etapas iniciais da escolarização das capitais evoluiu da seguinte forma:

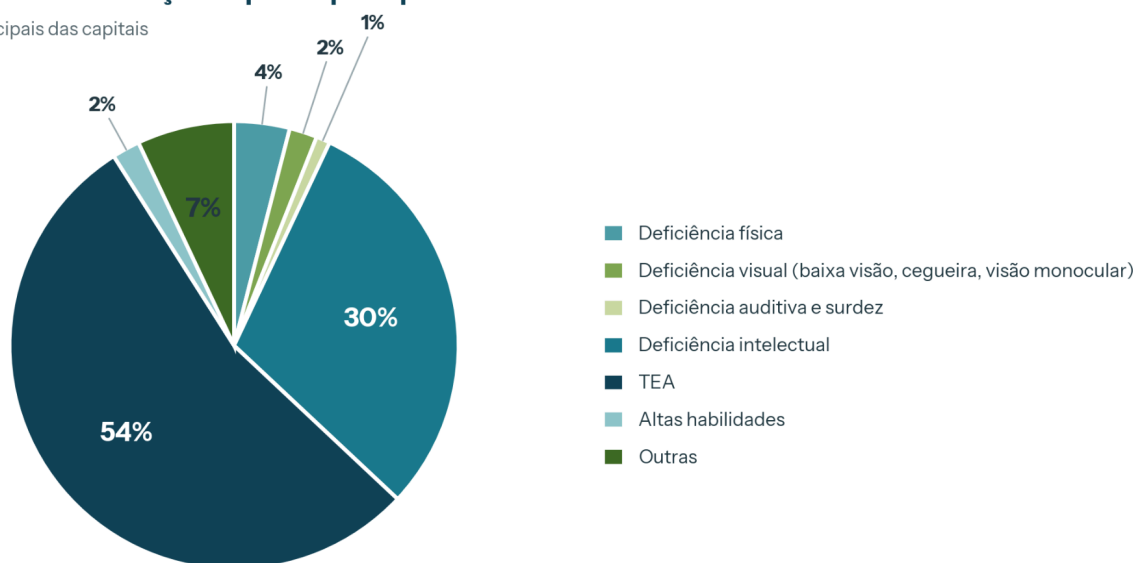
Etapa	Variação 2021–2026
Educação Infantil	+289,86%
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	+104,57%
Anos Finais do Ensino Fundamental	+42,80%

(CONSEC, 2026)

Ao observar o percentual de matrículas por tipo de deficiência, destaca-se o aumento de estudantes com TEA, que passaram a representar uma parcela cada vez maior desse público – atualmente 54% das matrículas de Educação Especial nas redes de educação das capitais. Ao somar com os casos de deficiência intelectual, chega-se a 84%. Os dados reforçam a expansão de suportes, como demanda pela oferta de AEE, profissionais de apoio, materiais adaptados e tecnologias assistivas.

Matrículas de Educação Especial por tipo de deficiência

Redes municipais das capitais



Com o crescimento de matrículas de estudantes da Educação Especial nos últimos anos, surgem novos desafios para as redes, como infraestrutura, profissionais e qualidade do atendimento. Redes têm contextos e capacidades institucionais diferentes para responder a essa demanda, mapear como cada uma está se organizando é uma oportunidade de disseminar práticas e apoiar gestores.

2. Panorama geral

O que o mapeamento revela sobre a política de Educação Especial nas redes de ensino das capitais:

- **A demanda segue em forte expansão:** as matrículas da Educação Especial dobraram de 115.216 em 2021 para 230.328 em 2026; estudantes com TEA representam 54% desse número hoje.
- **O AEE está presente em todas as redes municipais das capitais, mas sua distribuição ainda é desigual:** cerca de 80% das unidades escolares oferecem AEE, no entanto, apenas 35% das redes já conseguiram universalizar essa oferta em todas as escolas.
- **Os instrumentos individuais já são prática consolidada, com o Estudo de Caso como base comum:** entre as 26 capitais, 22 redes, elaboram o Estudo de Caso, 22 o PEI e 23 o PAEE, de forma sistemática. A maioria (17) combina os três instrumentos simultaneamente (65%).
- **A formação continuada é oferecida de forma regular pela maioria das redes:** 23 das 26 redes (88%) ofereceram formação continuada em Educação Especial de forma regular nos últimos dois anos. Entre os temas abordados, destaca-se a relação com as famílias, presente em 46% das redes.
- **A judicialização é um desafio recorrente ligado aos profissionais de apoio:** 24 das 26 redes (92%) enfrentam, em algum grau, demandas judiciais pela oferta de profissional de apoio escolar – sendo 18 redes (69%) de forma frequente e 6 (23%) de forma pontual. O novo Decreto pode ajudar a mitigar essas disputas ao reforçar que a definição de apoios é uma decisão pedagógica.
- **Não existe um modelo único de organização:** as redes entrevistadas evidenciam caminhos distintos – em estrutura de governança, modelos de AEE, regime de contratação e articulação intersetorial –, mas convergem em alguns aprendizados comuns, sistematizados na última parte deste relatório.

3. Gestão da Política de Educação Especial

Etapas de atendimento

Cada rede de ensino segue um fluxo de atendimento, desde a matrícula até a identificação das necessidades de apoio e adaptações pedagógicas. De maneira geral, esse fluxo contém quatro etapas principais:

- **Matrícula:** a família declara se a criança/estudante possui alguma deficiência ou condição elegível para ser público da Educação Especial.
- **Estudo de caso:** avaliação pedagógica inicial realizada e documentada pela equipe gestora, professor do AEE e/ou equipe de Educação Especial (multidisciplinar ou da regional).
- **Definição de apoios:** a partir dos resultados do estudo de caso, são definidos os apoios e adaptações necessários para o estudante, incluindo a definição sobre AEE e profissional de apoio.
- **PEI/PAEE:** elaborado pela equipe gestora, professor do AEE e/ou professores regentes. Refere-se ao planejamento pedagógico individual de cada estudante.

Instrumentos da rede

O Estudo de Caso, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI) constituem os principais instrumentos de planejamento e acompanhamento individualizados da Educação Especial, articulando-se entre si ao longo do fluxo de atendimento ao estudante. Desde a publicação do Decreto nº 12.686/2025, esses instrumentos passaram a contar com regulamentação nacional: o Estudo de Caso é definido como etapa inicial obrigatória para a identificação do estudante público da Educação Especial (art. 11), enquanto o PAEE e o PEI são estabelecidos como documentos individualizados, de natureza pedagógica e atualização contínua, que devem necessariamente derivar do Estudo de Caso (art. 12). A escolha pelo uso do PAEE e/ou PEI fica a critério da rede.

Os três documentos são elaborados e aplicados de forma sistemática por 65% (17) das capitais. Considerando cada instrumento de forma isolada – ou seja, somando as redes que o utilizam tanto em conjunto com os demais quanto de forma independente –, o número de redes que elaboram cada documento é:

- **PAEE:** 23 redes
- **PEI:** 22 redes
- **Estudo de caso:** 22 redes

Quanto à elaboração do estudo de caso, os atores mais frequentemente envolvidos são o professor do AEE (26 redes), a coordenação pedagógica (22), o professor do ensino regular (22), a família (22), a equipe multiprofissional (14) e os profissionais de apoio (12). O estudo de caso é utilizado, principalmente, para planejar estratégias pedagógicas (24 redes), indicar profissional de

apoio (22) e indicar o AEE (22), sendo usado com menor frequência para revisar apoios (15), tomar decisões de investimento (12) ou para fins administrativos (9). Em relação à periodicidade de revisão dos instrumentos individuais, a revisão bimestral (aprox. 40%) é a mais comum tanto para o PEI quanto para o PAEE, seguida da revisão trimestral e semestral.

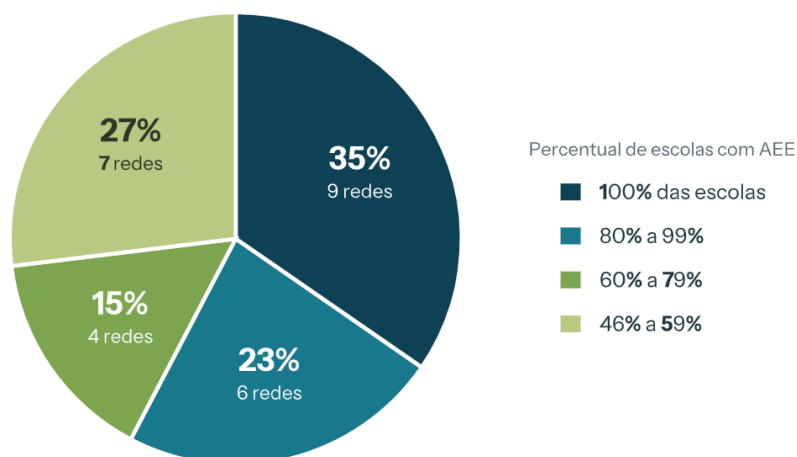
CrITÉRIOS de designação para profissional de apoio

Em geral, as redes de ensino combinam mais de um instrumento para designar um profissional de apoio para os seus estudantes. A designação baseia-se prioritariamente em: estudo de caso (22 redes), PAEE e/ou PEI (12), decisão jurídico-administrativa (11), diagnóstico clínico (8), demanda da família (4) e avaliação multiprofissional (3). É positivo que o Estudo de Caso seja utilizado como instrumento principal por grande parte das redes, mas observa-se que em parte dos casos a designação de apoio também se baseia em demandas e avaliações externas à educação, como decisões jurídico-administrativo, demanda das famílias e de diagnóstico clínico, o que tensiona o princípio de que a definição de apoios deve ser uma decisão pedagógica.

4. Atendimento Educacional Especializado

Cobertura da oferta

O AEE está presente em todas as redes municipais das capitais, entretanto, sua distribuição ainda é desigual entre as escolas. Do total de 26 capitais, 9 (35%) ofertam AEE em 100% das escolas e outras 6 (23%) alcançam entre 80 a 99% das unidades escolares. Nas demais, a cobertura varia: 4 redes (15%) situam-se entre 60 e 79%; e 7 (27%) entre 46 e 59% – sendo 46% o menor percentual registrado. É significativo que a maioria das redes (58%) tenha atingido um percentual acima de 80% de cobertura de oferta do serviço em suas unidades, o que contribui para democratizar o acesso à educação nos diferentes territórios e tem impacto positivo na progressão nos estudos de estudantes com deficiência.



Cobertura da oferta do AEE nas escolas das redes (CONSEC, 2026).

Espaços de realização do AEE

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) consolidam-se como o principal espaço de realização do AEE, utilizadas por todas as capitais nas unidades em que estão disponíveis. A elas somam-se arranjos complementares que ampliam o alcance do atendimento: o atendimento itinerante, adotado por 10 redes (38,5%), as instituições conveniadas, por 9 (34,6%), os centros especializados da própria rede, por 7 (26,9%), e os espaços pedagógicos adaptados, por 5 (19,2%). Aparecem ainda soluções pontuais, cada uma registrada por uma rede – centros especializados estaduais e escolas estaduais, programas ou projetos com ações específicas e escolas-polo organizadas por tipo de deficiência.

Espaço	Redes	% das redes
Salas de Recursos Multifuncionais (na própria escola)	26	100,0%
Atendimento itinerante	10	38,5%
Instituições conveniadas	9	34,6%
Centros especializados da própria rede	7	26,9%
Espaços pedagógicos adaptados	5	19,2%
Centros especializados estaduais e escolas estaduais	1	3,8%
Programas ou projetos com ações específicas	1	3,8%
Escolas-polo com atendimento especializado por tipo de deficiência	1	3,8%

(CONSEC, 2026)

Como a maioria das redes combina mais de uma modalidade, o que se observa não é a substituição da SRM, mas sua articulação com recursos capazes de responder a situações em que o atendimento na própria unidade não é viável ou em que a demanda requer estrutura mais especializada. Cabe registrar que o uso de centros especializados estaduais e escolas estaduais é a única modalidade que extrapola a rede municipal. Trata-se, portanto, de um arranjo de articulação federativa, e não apenas de uma solução de espaço físico – dimensão que merece leitura própria no debate sobre regime de colaboração.

Momento e condições para a oferta

Momento	Redes	% das redes
Contraturno	19	73,1%
De forma mista	5	19,2%
Dentro do turno regular, em co-docência	2	7,7%
Total	26	100,0%

(CONSEC, 2026)

Predomina a oferta do AEE no período do contraturno, adotada por 19 redes (73,1%), enquanto 5 redes (19,2%) operam em formato misto e 2 (7,7%) realizam o atendimento dentro do turno regular, em regime de co-docência com o professor da sala comum. Vale observar que espaço e momento são dimensões independentes: o contraturno é majoritário mesmo entre as redes que ofertam o atendimento dentro da própria escola. Em geral, o atendimento ocorre de forma individual ou em pequenos grupos, com frequência média de uma (48%) a duas (30%) vezes por semana e duração predominante de 1h por encontro.

Já que o contraturno é o momento predominante de realização do AEE, é importante que as redes busquem oferecer condições que facilitem o acesso dos estudantes. Sobre a oferta de alimentação e transporte para os estudantes que frequentam o AEE no contraturno, 10 redes declararam que oferecem apenas alimentação, 8 oferecem alimentação e transporte, 7 não oferecem nenhum dos dois e 1 rede oferece apenas transporte.

5. Profissionais da Educação Especial

A Educação Especial é sustentada, no cotidiano escolar das redes públicas, principalmente por dois perfis profissionais: o professor do Atendimento Educacional Especializado, responsável pela condução pedagógica do atendimento especializado, e o profissional de apoio escolar, que atua junto ao estudante nas atividades de locomoção, higiene, alimentação, comunicação e utilização de tecnologias e recursos auxiliares, com o objetivo de desenvolver progressivamente a autonomia do estudante.

É possível observar o perfil de formação predominante em cada função entre as capitais mapeadas: cerca de 70% desses profissionais possuem ao menos especialização em Educação Especial – incluindo os que têm pós-graduação *stricto sensu* –, e sete redes alcançam a totalidade do quadro nesse patamar. Em outras, porém, mais da metade dos professores de AEE tem apenas ensino superior completo, o que sinaliza demanda expressiva por formação continuada especializada.

Entre os profissionais de apoio, o ensino médio completo é amplamente predominante: responde, em média, por cerca de três quartos do quadro, e em treze redes por sua totalidade. Ainda assim, cinco redes registram parcela relevante de profissionais cursando o ensino superior, chegando à totalidade do quadro em uma delas – configuração que pode indicar forte presença de estagiários, dado que o estágio é um dos regimes de contratação mais frequentes para essa função.

Formação Continuada

O Decreto nº 12.686/2025 estabelece exigências de formação distintas para cada função: ao professor de AEE, formação continuada de no mínimo 360 horas em Educação Especial Inclusiva; ao profissional de apoio escolar, de no mínimo 180 horas. Para o cumprimento dessas cargas horárias, a norma prevê prazos de adaptação que variam de quatro a seis anos, conferindo às redes uma janela de planejamento.

Nesse contexto, a maioria expressiva das capitais informou ter ofertado formação continuada em Educação Especial de forma regular nos últimos dois anos — apenas duas redes o fizeram de modo pontual e uma restringiu a oferta aos professores de AEE. A modalidade presencial é a mais utilizada, presente em todas as 26 redes, seguida da remota síncrona (13 redes), da remota assíncrona (10) e da híbrida (10), em resposta que admitia mais de uma opção por rede.

Os conteúdos mais recorrentes são o PEI (21 redes), gestão da inclusão (18), estudo de caso (18), tecnologias assistivas (17), PAEE (16), Desenho Universal da Aprendizagem (15) e relação com as famílias (14), seguidos por gestão de crises (14) e procedimentos terapêuticos para deficiência intelectual e/ou autismo (6). Temas como acessibilidade, trabalho colaborativo entre professor de AEE e professor da sala comum, construção de material didático e adaptações curriculares aparecem com frequência bem menor (uma rede cada).

As formações são ofertadas predominantemente para professores de AEE (23 redes), profissionais de apoio escolar (20), gestores escolares (19), professores do ensino regular (18), profissionais de Libras (17), equipe da Secretaria (15), profissionais das equipes multifuncionais (13) e famílias (6).

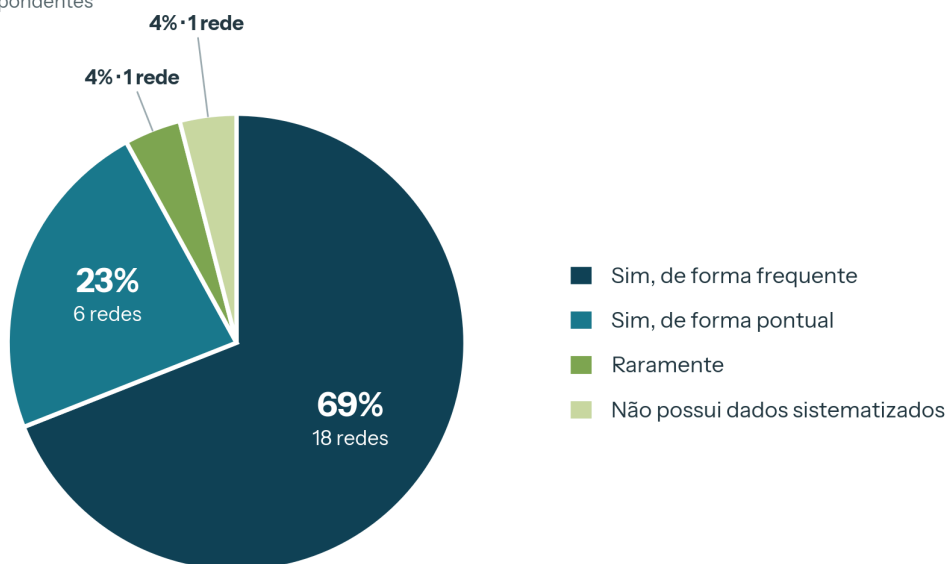
6. Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

Judicialização

A judicialização é o desafio mais generalizado entre as capitais. Dezoito redes (69%) afirmam enfrentar demandas judiciais relacionadas à oferta de apoios individualizados de forma frequente e outras seis (23%) de forma pontual – ou seja, 24 das 26 redes convivem com litígios em algum grau. Uma rede registra ocorrência rara e uma não possui dados sistematizados sobre o tema. O volume varia consideravelmente: em 2025, uma única rede recebeu 879 processos relacionados a essa demanda.

Demandas judiciais relacionadas à oferta de apoios individualizados

26 capitais respondentes



"A rede enfrenta demandas judiciais relacionadas à oferta de apoios individualizados na Educação Especial?" (CONSEC, 2026)

Na maior parte dos casos de litígio, o Judiciário é acionado pelas famílias como via de acesso a um apoio específico, em geral o profissional de apoio individualizado (1:1), sem que os instrumentos pedagógicos que fundamentam a definição dos suportes cheguem ao processo. O resultado é uma decisão sobre organização pedagógica formulada fora da escola, com efeitos sobre o dimensionamento de equipes e a alocação de recursos da rede. Nesse cenário, o Decreto nº 12.686/2025 estabelece em âmbito nacional que o Estudo de Caso é etapa inicial obrigatória de identificação e que o PAEE e o PEI devem dele derivar, e ao dispensar a exigência de laudo médico para a oferta de profissional de apoio. Ao consolidar esses instrumentos como base da definição dos suportes, a norma dá lastro nacional à centralidade da decisão pedagógica, o que pode qualificar o diálogo com o sistema de justiça e com as próprias famílias.

Participação das Famílias

A participação das famílias é universal na etapa inicial do fluxo de atendimento: todas as 26 redes as envolvem na elaboração do Estudo de Caso, geralmente por meio de entrevista ou anamnese. A partir daí, no entanto, a participação decresce à medida em que o processo avança para as decisões pedagógicas: 17 redes envolvem as famílias na elaboração do PEI, 11 na do PAEE e 4 na designação e revisão dos apoios. Em duas redes, a participação restringe-se ao momento da matrícula.

Quanto aos canais utilizados, a comunicação ocorre sobretudo por meio de reuniões periódicas (26 redes) e atendimento individualizado (25), o que indica que a estrutura de diálogo existe em praticamente todas as capitais. A ela somam-se momentos formativos (19 redes), eventos de integração (15), canais digitais (12) e materiais orientativos (10) – instrumentos que ampliam a compreensão das famílias sobre a política, e não apenas o contato pontual. Em duas redes, a comunicação ocorre apenas em situações de conflito, e em uma delas por meio de reuniões de

conselho de pais. Na próxima seção, as práticas mapeadas exploram iniciativas que sugerem que a passagem da escuta pontual para canais permanentes de participação é um dos caminhos disponíveis para reduzir a distância entre a decisão pedagógica e a expectativa das famílias.

Seis redes, seis caminhos

Esta parte apresenta seis redes entrevistadas entre abril e maio de 2026 – Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Cada capítulo apresenta, na mesma sequência: a ficha da rede, com os indicadores básicos; a gestão e o fluxo de atendimento, da matrícula aos instrumentos individuais; a organização do AEE, com espaços, momento, frequência e foco do atendimento; os profissionais e a formação continuada; a relação com órgãos de controle, outras políticas setoriais e famílias. As práticas descritas estão vinculadas a condições institucionais específicas, e sua adoção por outra rede exige adaptação, não replicação direta.

8. Belo Horizonte

Ficha da rede

Indicador	Dado ¹
Matrículas na educação básica	148.845
Matrículas de Educação Especial	11.107
Nº de escolas da rede	325
% Escolas com AEE (% da rede)	100%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Subsecretaria específica, com uma diretoria e duas gerências
Operacionalização regional	9 equipes regionais, com subsecretaria de Educação Inclusiva e equipes multidisciplinares
Acompanhamento das escolas	Frequência semanal ou quinzenal, por subsecretaria regional
Contratação dos profissionais de apoio	CLT terceirizado

¹ Fonte: CONSEC, 2026, com base nos dados de pesquisa da Educação Especial. Para os demais indicadores, foram utilizados dados do Censo Escolar 2025, uma vez que o levantamento do CONSEC contemplou exclusivamente os dados de matrícula da Educação Especial.

- **Matrícula:** há apenas escolas/classes comuns na rede. A matrícula é feita por georreferenciamento e não existem critérios específicos para os estudantes da Educação Especial, apenas as prioridades previstas em lei. Estudantes podem ter laudo ou serem considerados “em investigação”.
- **Estudo de caso:** com a matrícula efetivada, psicólogo, assistente social e professor de AEE preenchem o estudo de caso (instrumento padronizado da rede), que inclui entrevista inicial com a família.
- **Definição de apoios:** A escola preenche formulário indicando necessidades específicas relacionadas a 5 critérios (alimentação, higienização, comunicação, interação social, locomoção), encaminhado à Diretoria Regional. Profissionais de apoio são geridos por instituições credenciadas.
- **PAEE/PEI:** O PAEE é preenchido pelo professor do AEE e inserido no sistema de gestão. O PEI ainda está sendo estruturado na rede e não é padronizado.

Organização do AEE

- Há pelo menos um professor de AEE em cada escola, independentemente de ter SRM.
- Estão testando diferentes formas de AEE e atualmente o atendimento ocorre no turno e no contraturno. O foco é desenvolver habilidades e atingir as metas estabelecidas no PAEE.
- Não há instituições conveniadas para o AEE na rede.
- A frequência do estudante varia conforme o estudo de caso, permanecendo em média 30 minutos, com frequência controlada pelo próprio professor do AEE. A rede oferece transporte para viabilizar o AEE no contraturno.

Profissionais e Formação Continuada

- Formações mensais para professores de AEE, com temas definidos pela demanda do momento – como alfabetização e seletividade alimentar. A organização das formações é feita pela própria Secretaria Municipal de Educação.
- Possui psicólogos e assistentes sociais nas escolas, que apoiam o professor do AEE na realização do estudo de caso.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- A Subsecretaria de Educação Inclusiva integra educação, equidade e intersetorialidade, embora o grande desafio seja fazer com que os diálogos se convertam em ações concretas.
- As famílias participam da elaboração do estudo de caso por meio da entrevista inicial. A rede promove encontros mensais destinados a famílias de estudantes com TEA.

9. Goiânia

Ficha da rede

Indicador	Dado
Matrículas na educação básica	95.124
Matrículas de Educação Especial	8.523
Nº de escolas da rede	309
% de Escolas com AEE (% da rede)	70%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Gerência de Inclusão
Operacionalização regional	5 órgãos regionais, com coordenação de inclusão e equipe multidisciplinar
Acompanhamento das escolas	Equipes regionais acompanham as escolas
Contratação dos profissionais de apoio	Concursado, PSS ou CLT terceirizado

- **Matrícula:** Sistema de matrícula online, com distribuição feita pelas regionais. As famílias inserem informações dos estudantes, incluindo laudo, quando houver.
- **Estudo de caso:** A equipe gestora tem entre 10 e 15 dias para preencher o relatório de encaminhamento. A equipe multidisciplinar realiza entrevista inicial na escola para definir o atendimento.
- **Definição de apoios:** Estudantes com laudo têm AEE garantido; sem laudo, recebem parecer da equipe multidisciplinar. Havendo necessidade nos cinco eixos, o apoio é individual (1:1).
- **PAEE/PEI:** O PAEE é preenchido pelo professor do AEE a partir do estudo de caso. O PEI é focado no currículo e em adaptações de espaço, preenchido pelo professor da sala regular com apoio do professor de AEE, e revisado semestralmente.

Organização do AEE

- O AEE é realizado nas salas de recursos das escolas e em Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado conveniados, no turno e no contraturno, conforme a necessidade de cada estudante.

- A rede conta ainda com dois Centros Municipais de Apoio à Inclusão próprios, com equipe de AEE, voltados a estudantes que demandam maior suporte.
- A frequência é, em média, de duas vezes por semana, com permanência de 40 a 45 minutos. Para viabilizar o atendimento no contraturno, a rede oferece alimentação.
- Os diretores são responsáveis por controlar a frequência em sistema próprio, acionando a família em caso de mais de três faltas.

Profissionais e Formação Continuada

- Reuniões mensais entre as regionais e os professores do AEE, com troca de experiências
- A Gerência de Inclusão realiza formação para professores de AEE e para as instituições conveniadas, ainda que as SRMs das conveniadas tenham acompanhamento diferenciado.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- Os fluxos intersetoriais ainda são informais, com a articulação com as áreas de saúde e assistência social ocorrendo, sobretudo, por meio do Conselho Tutelar.
- As famílias são ouvidas na avaliação inicial e participam da elaboração do PAEE, podendo ser atendidas nas escolas, na Secretaria e nas regionais. A rede promoveu reuniões entre famílias de estudantes com TEA e a equipe gestora.

10. Porto Alegre

Ficha da rede

Indicador	Dado
Matrículas na educação básica	39.997
Matrículas de Educação Especial	5.592
Nº de escolas da rede	101
% Escolas com AEE (% da rede)	100%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Coordenação de Educação Especial
Operacionalização regional	Assessoria específica que atua de forma regional
Acompanhamento das escolas	Assessores visitam as escolas a cada dois meses
Contratação dos profissionais de apoio	Estágio ou PSS

- **Matrícula:** A matrícula é feita primeiramente na escola comum. Há 4 escolas especiais próprias, com lista de espera; a escola especial é tratada como “espaço de transição”, sendo possível o retorno às escolas comuns.
- **Estudo de caso:** Inicia com anamnese conduzida pelo professor do AEE em parceria com a família. O Centro de Avaliação Multidisciplinar Educacional (CAME) pode apoiar avaliações complementares.
- **Definição de apoios:** Definida individualmente, considerando características de cada escola (modalidade de atendimento, demanda de alunos), com apoio eventual do CAME.
- **PAEE/PEI:** Ambos são documentos padronizados: o PAEE é de responsabilidade do professor do AEE; o PEI é preenchido por professores de AEE e de cada componente curricular, revisado trimestralmente, com discussão no Conselho de Classe.

Organização do AEE

- Na Educação Infantil, um professor de AEE atua em duas escolas, com o atendimento realizado na sala regular, no próprio turno, em articulação com o professor da sala comum.
- Todas as escolas de Ensino Fundamental têm SRM, além de salas de recursos específicas – deficiência visual, altas habilidades, entre outras – que funcionam por polo.
- O foco do AEE é o desenvolvimento de habilidades relevantes para a vida do estudante, não necessariamente o currículo.
- Frequência e tempo de permanência dependem da indicação do estudo de caso, sendo a frequência controlada pelos próprios professores. Para viabilizar o atendimento no contraturno, a rede oferece transporte e alimentação.

Profissionais e Formação Continuada

- Três encontros mensais para professores de AEE: um reunindo todos os professores, um encontro regional voltado a estudos de caso e prática, e um na escola de formação, com conteúdo teórico.
- Em 2025 iniciaram-se formações para professores da sala regular, ainda não prioritárias.
- Organizações parceiras conduzem formações para profissionais de apoio.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- Há interlocução com o Ministério Público, mas o diálogo com o Judiciário ainda é limitado.
- As famílias são ouvidas no estudo de caso e na elaboração do PEI, com apoio de técnicos do programa Incluir+POA para a comunicação.
- As escolas realizam encontros mensais com as famílias e, em casos sensíveis, assessores das secretarias também participam das reuniões.

11. Recife

Ficha da rede

Indicador	Dado
Matrículas na educação básica	85.527
Matrículas de Educação Especial	11.092
Nº de escolas da rede	340
% Escolas com AEE (% da rede)	81%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Gerência de Educação Especial e Núcleo de Avaliação e Inclusão Escolar (NAIE)
Operacionalização regional	5 órgãos regionais, com técnicas responsáveis pela Educação Especial
Acompanhamento das escolas	Técnicas visitam as escolas duas vezes por mês; há escolas prioritárias
Contratação dos profissionais de apoio	Concursado, PSS ou estágio

- **Matrícula:** Há apenas escolas/classes comuns. A matrícula é online; responsáveis podem indicar deficiência. Distribuição conforme disponibilidade de vagas, proximidade e preferência dos pais.
- **Estudo de caso:** O Núcleo de Avaliação e Inclusão Escolar (NAIE), com equipe multidisciplinar, avalia técnica e pedagogicamente os estudantes e propõe a intervenção pedagógica junto ao professor do AEE.
- **Definição de apoios:** O NAIE categoriza o nível de suporte (leve, moderado, severo ou diferenciado), conforme o Decreto nº 36.309/2023. Em grau leve, 1 profissional acompanha até 8 estudantes; em grau diferenciado, o apoio é individual.
- **PAEE/PEI:** O PAEE é preenchido pelo professor de AEE; o PEI, pelo professor da sala comum em diálogo com o professor de AEE. Um Relatório Técnico Pedagógico consolida as informações de ambos os instrumentos, discutidos em Conselhos Pedagógicos.

Organização do AEE

- O AEE ocorre predominantemente no contraturno, mas há também oferta no turno, com casos em que o professor de AEE atua dentro da sala comum, em regime de itinerância. É realizado também por instituições conveniadas.
- O foco do atendimento é definido em conjunto por professores, família e coordenadores pedagógicos, podendo envolver ampliação da aprendizagem, aprofundamento de conteúdos ou superação de lacunas.
- Os estudantes permanecem, em média, 50 minutos, duas vezes por semana. A frequência é controlada em diário online e a rede oferece alimentação para quem é atendido no contraturno.

Profissionais e Formação Continuada

- Professores do AEE têm formações mensais e os profissionais de apoio, anuais.
- Em sextas-feiras alternadas, há um momento de diálogo com o professor da sala comum - sobre instrumentos e replanejamento de PEI e PAEE - e um momento de formação com a Secretaria.
- Gestores escolares reúnem-se mensalmente e coordenadores pedagógicos realizam oficinas sobre casos.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- O Decreto municipal de Educação Especial foi construído em conjunto com o Ministério Público, trazendo critérios claros para a designação do apoio, o que contribuiu para a redução da judicialização.

- O programa “Educação que Protege” leva psicólogos e assistentes sociais às escolas por meio de articulação intersetorial.
- As famílias participam da elaboração do estudo de caso, com entrevistas que também subsidiam a elaboração dos demais instrumentos.
- A rede realiza plantões de atendimento às famílias, tanto com o professor da sala comum quanto com o professor de AEE.

12. Rio de Janeiro

Ficha da rede

Indicador	Dado
Matrículas na educação básica	553.510
Matrículas de Educação Especial	29.046
Nº de escolas da rede	1.606
% Escolas com AEE (% da rede)	57%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Coordenação de Educação Especial
Operacionalização regional	11 órgãos regionais, com equipe de Gestão da Educação Especial (GEE): coordenador, 11 líderes e agentes de gestão
Acompanhamento das escolas	Frequência determinada pela necessidade de cada escola
Contratação dos profissionais de apoio	Concursado, PSS ou CLT terceirizado

- **Matrícula:** Feita primeiramente na classe comum, podendo ser avaliada a necessidade de mudança. O período de matrícula de estudantes com deficiência é diferenciado.
- **Estudo de caso:** Realizado pela unidade escolar com apoio da líder da gestão de Educação Especial da regional, com base em entrevista com a família e observação do estudante.
- **Definição de apoios:** Coordenadores pedagógicos e professores elaboram o ROI (Relatório de Observação Individual). Apoio individual (1:1) é reservado a casos mais severos, avaliados caso a caso.
- **PAEE/PEI:** O PEI é instrumento padronizado, elaborado pelo professor regente com apoio do professor de AEE e do coordenador pedagógico; o agente de gestão de Educação Especial acompanha nas visitas.

Organização do AEE

- O AEE acontece de forma mista – no turno, no contraturno e por itinerância –, conforme a demanda do território, podendo ter como foco o desenvolvimento e a consolidação de habilidades ou a complementação da aprendizagem da sala de aula.
- Os estudantes frequentam o AEE duas vezes por semana, com permanência média de duas horas. A frequência é registrada pelo professor de AEE e acompanhada por agentes das regionais.
- Para viabilizar o atendimento no contraturno, a rede oferece transporte e alimentação.

Profissionais e Formação Continuada

- O Instituto Helena Antipoff, órgão da Secretaria Municipal de Educação, é responsável por criar as formações continuadas de Educação Especial para professores.
- Há também formações virtuais disponibilizadas pela escola de formação da rede, com temas e públicos variados.
- Existe um módulo de Educação Especial na certificação de diretores.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- A rede mantém reuniões regulares com o Ministério Público e com juízes, e trata o acolhimento das famílias como estratégia de prevenção da judicialização.
- As famílias participam da entrevista inicial que subsidia o PEI e o estudo de caso.
- A rede possui um conselho de responsáveis, com um conselheiro por escola e dois conselheiros por regional, que se reúne mensalmente com a regional.

13. São Paulo

Ficha da rede

Indicador	Dado
Matrículas na educação básica	666.658
Matrículas de Educação Especial	35.725
Nº de escolas da rede	1.712
% Escolas com SRM (% da rede)	100%

Gestão e fluxo de atendimento

Dimensão	Configuração na rede
Organização na SME	Coordenação de Educação Especial
Operacionalização regional	13 órgãos regionais, com Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) e núcleo multidisciplinar
Acompanhamento das escolas	Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) acompanham cerca de 16 escolas cada
Contratação dos profissionais de apoio	CLT terceirizado ou estágio

- **Matrícula:** Feita em qualquer unidade escolar, com premissa de proximidade com a residência. Não há escolas/classes especiais na rede.
- **Estudo de caso:** Equipe gestora e professor da sala comum levantam elementos; quando identificado que o estudante é da Educação Especial, é preenchido pelo professor regular e pelo PAEE (nome dado ao professor de AEE na rede).
- **Definição de apoios:** Definida individualmente pelo professor do AEE ou PAAI, envolvendo toda a comunidade escolar. Para designar o Auxiliar de Vida Escolar (AVE, apoio 1:1), o estudante não deve ter autonomia em uma das 5 áreas (alimentação, higiene, locomoção, interação social).
- **PAEE/PEI:** O PAEE é validado pela coordenação pedagógica e pelo CEFAI, em sistema de Gestão Pedagógica, e revisto bimestralmente pelo professor de AEE, retornando às mesmas instâncias de validação.

Organização do AEE

- O AEE pode ocorrer no turno e no contraturno, combinando atendimento nas SRMs, modelo colaborativo entre professor regente e professor de AEE, e itinerância — esta última

oferecida pelos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), lotados nos CEFAls regionais.

- O estudante permanece, em média, uma hora, duas vezes por semana, podendo ter AEE no contraturno e colaborativo simultaneamente.
- A rede oferece transporte e alimentação para viabilizar o atendimento no contraturno.

Profissionais e Formação Continuada

- As formações são realizadas pela Secretaria para os CEFAls, que as desdobram nas escolas.
- Além das formações e diretrizes da SME, as regionais têm autonomia para desenhar suas próprias formações, em razão da maior proximidade com as escolas, tendo estruturado grupos de trabalho sobre temas específicos e formações com organizações parceiras.

Articulação Intersetorial e Relação com as Famílias

- A rede mantém acordos com o Tribunal de Contas do Município e com o Ministério Público, além de aproximação crescente com a Defensoria Pública.
- As famílias participam do estudo de caso, prestando informações sobre os estudantes, e devem ser comunicadas sobre o PAEE. O professor de AEE também exerce papel de diálogo com as famílias.

Síntese e caminhos

14. Aprendizados Transversais

A leitura conjunta das seis experiências permite identificar elementos que atravessam redes com estruturas e portes distintos.

- **Critérios claros e normatizados:** As redes que relatam menor judicialização são aquelas com maior clareza sobre quem tem direito a quê, formalizada em norma própria e construída em diálogo com os órgãos de controle.
- **O professor do AEE como eixo da política:** Nas seis redes, o professor de AEE é o profissional central da política de Educação Especial, concentrando formação continuada regular e apoio das equipes regionais.
- **Equipes regionais dedicadas:** Estruturas territoriais com responsabilidade específica sobre Educação Especial e rotina de visitas às escolas aparecem como condição prática de implementação da política.
- **Sistemas de informação digital:** Todas as redes possuem ou estão implantando sistemas de gestão digital dos instrumentos individuais, com ganhos em monitoramento e em acesso à informação.
- **Acolhimento e diálogo como prevenção:** A relação próxima com as famílias é apontada como fator de aumento da confiança na escola e de redução de conflitos e litígios (a principal pauta das demandas judiciais é o profissional de apoio individualizado).
- **Padronização de fluxos com apoio à escola:** Redes que padronizaram instrumentos e fluxos combinaram essa padronização com oferta de mais apoio técnico aos profissionais das unidades escolares.
- **Busca de alternativas ao contraturno:** A dificuldade de garantir a frequência dos estudantes no contraturno levou as redes a testar modalidades no turno – retirada do estudante em momentos alternados ou trabalho colaborativo do professor de AEE em sala de aula.

15. Considerações Finais e Recomendações

Este estudo partiu de uma transformação recente e acelerada: no Brasil e, em especial, nas capitais, as matrículas de Educação Especial nas etapas iniciais da escolarização cresceram de

forma muito acentuada entre 2021 e 2026, acompanhadas de uma mudança expressiva de perfil, em que TEA e deficiência intelectual respondem hoje por 84% desse público. O cenário tem exigido das redes revisão simultânea de estrutura, instrumentos e formação de profissionais. E é isso que as secretarias municipais têm feito, organizando respostas próprias a partir de suas condições institucionais, ampliando a cobertura, criando fluxos e estruturando equipes especializadas.

A principal conclusão deste mapeamento é que não existe caminho único, e é dessa constatação que decorrem as orientações a seguir. Para as redes municipais, o estudo sugere algumas recomendações basilares que podem qualificar o trabalho na educação inclusiva:

- Deslocar parte do esforço de formação continuada dos instrumentos e fluxos para a **dimensão pedagógica do atendimento**, incluindo acessibilização curricular, estratégias de monitoramento e avaliação da aprendizagem dos estudantes e trabalho colaborativo entre professores do AEE e regente;
- Normatizar **critérios de designação de apoio** em ato próprio, construído em diálogo com os órgãos de controle, como forma de dar previsibilidade às decisões pedagógicas;
- Ampliar a **participação das famílias** além da escuta inicial, alcançando a etapa em que os suportes são definidos, que é hoje a de menor envolvimento em todo o fluxo;
- Institucionalizar os **fluxos de articulação com saúde e assistência social**, formalizando protocolos de encaminhamento e responsabilidades entre as pastas.
- Fortalecer o **uso de dados** e consolidar sistemas de informação que permitam monitorar frequência, desempenho e revisão de instrumentos pedagógicos de maneira integrada.

Não há um caminho único, mas existe um repertório de práticas

Este mapeamento mostra que as secretarias municipais de educação estão construindo respostas próprias e contextualizadas para desafios comuns, e que alguns caminhos podem servir de inspiração para outras redes de ensino.

Expediente

CONSEC - CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS

Presidente

Leonardo Pascoal

Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre

Vice-presidentes

Anna Caroline Marques Pinheiro Salgado

Secretária Municipal de Educação de São Luís

Fernando Padula Novaes

Secretário Municipal de Educação de São Paulo

Giselle Pereira Campos Faria

Secretária Municipal de Educação de Goiânia

Jorge Leonidas Vaz da Costa

Secretário Municipal de Educação de Belém

Paulo Afonso Schmidt

Secretário Municipal de Educação de Curitiba

Diretor Institucional

Henrique Pimentel

Idealização

Comissão Temática de Educação Especial

Tatiana Servos (Belo Horizonte) | Paula Pinheiro (Boa Vista) | Lianna Gusmão (Goiânia) | Caroline Lemes (Goiânia) | Amanda Macanoni (Manaus) | Ariel Finatto (Porto Alegre) | Adilza Gomes (Recife) | Bruna Serpa (Rio de Janeiro) | Camila Ramos (São Paulo) | Marineusa Medeiros (São Paulo)

Coordenação Geral

Mariana Couto

Coordenadora de Pesquisa

Pesquisa

Mariana Couto

Luana Azevedo

Parceria Estratégica

Todos pela Educação

Instituto Alana

Agradecimento

O CONSEC agradece a todas as redes de ensino e a todas as pessoas que participaram desta pesquisa. Sua colaboração foi fundamental para a construção de um panorama mais completo e representativo sobre as políticas e práticas de educação especial nas capitais, e reforça o compromisso conjunto com a melhoria da educação pública brasileira.